

Apoios Financeiros | Freguesias

21. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no valor de 152.386,48€, para apoiar a “Ampliação do Cemitério de Celeirós”;
- b) **União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, no valor de 6 150,00€, para apoiar a “Elaboração dos projetos de arquitetura e estudo de viabilidade de Creche em Lamações”;
- c) **União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, no valor de 11 008,00€, para apoiar a “Construção de Miradouro e Eco Parque de Santa Catarina”;
- d) **Junta de Freguesia de Espinho**, no valor de 22 315,43€, para apoiar a “Reforço de Verba - Execução do Passeio e Águas Pluviais Junto à EN 309 na Av. ª Imaculada Conceição”;
- e) **Junta de Freguesia de Adaúfe**, no valor de 10 000,00€, para apoiar a “Aquisição de viatura de 9 lugares para transporte de idosos e crianças”;
- f) **Junta de Freguesia de Mire de Tibães**, no valor de 6 678,00€, para apoiar a “Substituição da iluminação do Pavilhão Desportivo de Mire de Tibães”;
- g) **Junta de Freguesia de Tadim**, no valor de 1 780,80€, para apoiar a “Balcão para CTT e Espaço Cidadão na Junta de Freguesia de Tadim”;

- h) **Junta de Freguesia de Gualtar**, no valor de 2 120,00€, para apoiar a “Colocação de bases para mesas de piquenique na EB1 de Gualtar”;
- i) **Junta de Freguesia de Ruilhe**, no valor de 233,20€, para apoiar a “Limpeza do terreno do Ruilhe Park”;
- j) **União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Colocação de abrigo de passageiros na Rua Edgardo Sá Malheiro - Ferreiros”;
- k) **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)**, no valor de 2 684,37€, para apoiar a “Substituição/Manutenção de equipamentos no Parque Infantil - Penso (Santo de Estêvão)”;
- l) **União de Freguesias de Lomar e Arcos**, no valor de 10.000,00€, para apoiar a “Aquisição de viatura para a unidade local de proteção civil”.
- m) **União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz**, no valor de 10.759,00€ + IVA, para apoiar o Percurso Pedestre “Pelo Vale do Cavado” e “Trilho da Serra dos Carvalhos” ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Ampliação do Cemitério de Celeirós

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Ampliação do Cemitério de Celeirós”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **152.386,48€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO no valor 152.386,48€ (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 100.000,00€ (cem mil euros);**
- b) **Em 2025, um valor de 52.386,48 (cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO.**

Braga, 18 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE ARQUITETURA E ESTUDO DE VIABILIDADE DE CRECHE EM LAMAÇÕES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Elaboração dos projetos de arquitetura e estudo de viabilidade de Creche em Lamações”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **6 150,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES no valor de 6 150,00€ (seis mil e cento e cinquenta euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 6 150,00€ (seis mil e cento e cinquenta euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da **União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

Braga, 17 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: HONORÁRIOS/PROJETO - CONSTRUÇÃO DE MIRADOURO E ECO PARQUE DE SANTA CATARINA – SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **“Honorários/Projeto - Construção de Miradouro e Eco Parque de Santa Catarina”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **11 008,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA no valor de 11 008,00€ (onze mil e oito euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2024, um valor de 11 008,00€ (onze mil e oito euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA**.

Braga, 16 de Outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Aditamento/Reforço de Verba

ASSUNTO: REFORÇO DE VERBA – EXECUÇÃO DO PASSEIO E ÁGUAS PLUVIAIS JUNTO À EN 309 NA AV.ª IMACULADA CONCEIÇÃO - ESPINHO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Câmara Municipal de Braga já concedeu um Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de **Espinho** no valor de **15 965,41€** para a **Execução do Passeio e Águas Pluviais Junto à EN 309 na Av.ª Imaculada Conceição**;

Considerando que no decorrer do procedimento para a execução da referida obra demonstrou-se a necessidade de haver um Reforço da Verba inicialmente atribuída;

Considerando que a Junta de Freguesia de **Espinho** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Reforço de Verba - Execução do Passeio e Águas Pluviais Junto à EN 309 na Av.ª Imaculada Conceição**, investimento

fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento, no valor de 22 315,43€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO:

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de Espinho no valor de 22 315,43€ (vinte e dois mil, trezentos e quinze euros e quarenta e três cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor até 22 315,43€ (vinte e dois mil, trezentos e quinze euros e quarenta e três cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Espinho**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Espinho**.

Braga, 20 de Outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VIATURA DE 9 LUGARES PARA TRANSPORTE DE IDOSOS E CRIANÇAS - ADAÚFE

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere, no sentido de apresentar à

Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à Junta de Adaúfe, destinado a apoiar a **“Aquisição de viatura de 9 lugares para transporte de idosos e crianças”**, no valor de **10 000,00€ (dez mil euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2024, um valor de 10 000,00€ (dez mil euros).**

A ser aprovada esta proposta, após a aquisição da viatura, para a qual será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através a apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Adaúfe**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Adaúfe**.

Braga, 17 de Outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DE MIRE DE TIBÃES

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **MIRE DE TIBÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Substituição da iluminação do Pavilhão Desportivo de Mire de Tibães”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **6 678,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de MIRE DE TIBÃES no valor de 6 678,00€ (seis mil, seiscientos e setenta e oito euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 6 678,00€ (seis mil, seiscientos e setenta e oito euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da **Junta de Freguesia de MIRE DE TIBÃES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **Junta de Freguesia de MIRE DE TIBÃES**.

Braga, 12 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: BALCÃO PARA CTT E ESPAÇO CIDADÃO NA JUNTA DE FREGUESIA DE TADIM

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **TADIM** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **“Balcão para CTT e Espaço Cidadão na Junta de Freguesia de Tadim”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **1 780,80€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de TADIM no valor de 1 780,80€ (mil, setecentos e oitenta euros e oitenta cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 1 780,80€ (mil, setecentos e oitenta euros e oitenta cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da **Junta de Freguesia de TADIM**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **Junta de Freguesia de TADIM**.

Braga, 12 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE BASES PARA MESAS DE PIQUENIQUE NA EB1 DE GUALTAR

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **GUALTAR** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Colocação de bases para mesas de piquenique na EB1 de Gualtar”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **2 120,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de GUALTAR no valor de 2 120,00€ (dois mil, cento e vinte euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 2 120,00€ (dois mil, cento e vinte euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **GUALTAR**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **GUALTAR**.

Braga, 12 de Outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: LIMPEZA DO TERRENO DO RUÍLHE PARK

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **RUÍLHE** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Limpeza do terreno do Ruílhe Park”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **233,20€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de RUÍLHE no valor de 233,20€ (duzentos e trinta três euros e vinte cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2024, um valor de 233,20€ (duzentos e trinta três euros e vinte cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da **Junta de Freguesia de RUÍLHE**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **Junta de Freguesia de RUÍLHE**.

Braga, 13 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NA RUA EDGARDO SÁ MALHEIRO - FERREIROS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **FERREIROS E GONDIZALVES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Colocação de abrigo de passageiros na Rua Edgardo Sá Malheiro - Ferreiros”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100.00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de FERREIROS E GONDIZALVES no valor de 3 100.00€ (três mil e cem euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 3 100.00€ (três mil e cem euros).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da **União de Freguesias de FERREIROS E GONDIZALVES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **União de Freguesias de FERREIROS E GONDIZALVES**.

Braga, 16 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: SUBSTITUIÇÃO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO PARQUE INFANTIL – PENSO (SANTO ESTÊVÃO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTÊVÃO E SÃO VICENTE)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **“Substituição/Manutenção de Equipamentos no Parque Infantil – Penso (Santo Estêvão)”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **2 684,37€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTÊVÃO E SÃO VICENTE) no valor de 2 684,37€ (dois mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) **Em 2024, um valor de 2 684,37€ (dois mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da **União de Freguesias de ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTÊVÃO E SÃO VICENTE).**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **União de Freguesias de ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTÊVÃO E SÃO VICENTE).**

Braga, 16 de outubro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A UNIDADE LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere, no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado a apoiar a **“Aquisição de viatura para a Unidade Local de Proteção Civil”**, no valor de **10 000,00€ (dez mil euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

a) Em 2024, um valor de 10 000,00€ (dez mil euros).

A ser aprovada esta proposta, após a aquisição da viatura, para a qual será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através da apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Lomar e Arcos**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Lomar e Arcos**.

Braga, 20 de outubro de 2023

O Vereador da Câmara Municipal de Braga

PROPOSTA

Nos últimos anos, assiste-se, entre a população, a um fenómeno de busca do reequilíbrio da vida humana com a sua condição natural, e, paralelamente a uma maior apetência para a fruição do território, e dessa forma, os percursos pedestres devem ser vistos como uma realidade multidimensional e devem ser criados tendo em conta as potencialidades locais, dando ênfase a aspetos da identidade local, valorizando o património ambiental e natural das freguesias do concelho.

A rede de percursos pedestres do concelho envolve todas as freguesias, num total de 26 percursos definidos em cerca de 280km de extensão, com 194 pontos de interesse patrimonial, 174 pontos de interesse ambiental e 27 parques verdes e de merendas associados aos diversos traçados. Por forma a concretizar a execução dos percursos, “Pelo Vale do Cavado” e o “Trilho da Serra dos Carvalhos”, orçado em **21.518,00€** (Anexo I), somos a propor a atribuição de apoio financeiro em 50% do valor total estimado, à união de freguesia a que corresponde o respetivo percurso.

Assim sendo, submete-se à consideração do Sr. Presidente, o envio da presente proposta à apreciação do Executivo Municipal, para que este delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº1 do artigo 25º, ambos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a atribuição dos seguintes apoios:

- À União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz o valor de **10.759,00€** (dez mil setecentos e cinco e nove euros), aos quais acrescem IVA;

Braga, 23 de outubro de 2023

... O Vereador

Altino Bessa, Engº

Percurso Pedestre

“Pelo Vale do Cávado” e extensão “Trilho da Serra dos Carvalhos”



iTINERIS

Bonus iTINERIS
Qualificação Turística e Territorial

Conteúdo

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	PERCURSOS PEDESTRES.....	4
3.	TRILHO DO VALE DO CÁVADO E EXTENSÃO (TRILHO DA SERRA DOS CARVALHOS)	6
3.1.	Contextualização Territorial	6
3.2.	Objetivos.....	7
3.3.	Caraterização do Traçado do Percurso	9
3.4.	Pontos de Interesse	10
3.5.	Análise Técnica.....	12
3.6.	Sinalética a utilizar.....	13
4.	PREÇO PROPOSTO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	15
4.1.	Preço Proposto	15
4.2.	Condições de pagamento.....	15
4.3.	Tempo de Execução.....	15
4.4.	Validade da Proposta	15
5.	ORÇAMENTO PARA A FREGUESIA.....	16

1. Introdução

Este documento visa o projeto e implantação de percursos pedestres na **União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, visando a valorização deste território, nomeadamente através do seu património histórico, natural e paisagístico.

2. Percursos Pedestres

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido ao cada vez maior enraizamento de hábitos de atividade física entre a população, e, paralelamente assiste-se a uma cada vez maior apetência para a fruição do território. A acessibilidade a locais dificilmente acessíveis por outra forma que não seja a pé, o ritmo em que é feito, normalmente propício à fruição, assim como o relativamente baixo nível de exigência física, fazem do pedestrianismo a atividade que por excelência permite conjugar atividade física com fruição e vivência de um território.

Os percursos pedestres devem ser vistos como uma realidade multidimensional e criados tendo em conta as potencialidades locais, dando ênfase a aspetos da identidade local. Respondem, ainda, aos anseios da população por contextos que permitam o contacto com a natureza, bem como conhecer e entender o abrangente universo multidisciplinar do território que visitam e/ou em que vivem, numa lógica de informalidade e facilidade de acesso.

Os percursos pedestres deverão ser criados tendo em conta as potencialidades locais, dando ênfase a aspetos de identidade local própria. Os temas designados podem-se desenrolar em torno de diferentes valores naturais e culturais do território, por exemplo o património natural e ambiental, os legados histórico, religioso e etnográfico, a vivência social e atividades tradicionais, uma corrente artística ou arquitetónica, satisfazendo diversas motivações dos visitantes. Mais do que um simples percurso, o pedestrianista valoriza um local ou uma região, com as suas paisagens, a sua identidade e itinerários adaptados.

É nesta perspetiva que se têm entendido os percursos pedestres implantados no âmbito da Rede de Percursos Pedestres de Braga, tendo em vista a maximização do seu potencial, bem como da sua característica de gerar efeitos multiplicadores em termos económicos.

De forma a valorizar territorialmente o projeto objeto desta proposta, consiste na estruturação de um percurso pedestre que abranja este território.

Este projeto engloba uma análise do projetado para este local no documento estruturador da “Rede de Percursos Pedestres de Braga”, a definição final do percurso em torno de uma narrativa agregadora, a elaboração dos materiais informativos do percurso (painel e folheto), anexa ao processo de homologação junto da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.



3. Trilho do Vale do Cávado e extensão (Trilho da Serra dos Carvalhos)

3.1. Contextualização Territorial

O percurso pedestre “Pelo Vale do Cávado” decorre numa das zonas mais a norte do concelho, no vale entre a margem esquerda do Rio Cávado, o Monte do Galho (a oeste), o Rio Algeriz (a leste) e o Vale do Fojo e as elevações do Monte Pedroso e da Serra dos Carvalhos (a sul). Sob um ponto de vista ecológico, é uma zona intensamente caracterizada por contextos verdes e naturais, uma vez que contempla, na maior parte da sua extensão, solos de elevada produtividade e sistemas húmidos, bem como, na sua parte mais elevada, grandes áreas de sistema seco de encosta. Abrange extensas áreas de REN e de RAN; é, ainda, tal como todas as freguesias marginais ao Rio Cávado, abrangido pelo Corredor Ecológico Cávado-Ave, ao longo duma faixa de 1.500m de distância do rio.

Concretizando, destacam-se nesta área do concelho, as vertentes que limitam o vale do Cávado, após o lugar de Ferreiros em Adaúfe e, essencialmente, em Santa Lucrécia de Algeriz, nomeadamente uma parte de relevo acidentado ao longo das encostas do Monte do Galho: na vertente oeste, mais naturalizada, e na vertente leste, onde se localiza o aprazível e caracteristicamente rural centro da referida freguesia.

Novamente em zonas de relevo baixo, nas proximidades e dentro dos limites de Navarra, ocorre a aproximação ao Rio Cávado, que tem como ponto de acesso principal a Praia Fluvial de Navarra (onde se destacam azenhas e um peculiar afloramento rochoso entre a margem e o rio), relevando-se ainda a passagem entre quintas (como a Quinta de Jós) e pelo centro da freguesia, com algum relevo patrimonial, nomeadamente devido à Zona de

Proteção da *Mansio* Romana da Bouça Alta (na Quinta de Jós; não sendo visível mas tendo muito interesse de ser evocada), à Igreja e a um conjunto de notáveis casas e solares.

O Vale do Cávado no norte do concelho de Braga garante uma imersão, em contínuo, numa atmosfera rural extremamente variada e diferenciadora, conjugando, numa perspetiva, Adaúfe, Santa Lucrécia e Navarra e, noutra, o rio, prados, caminhos pitorescos e o monte sobranceiro ao vale.

Em harmoniosa complementaridade, a extensão do percurso à Serra dos Carvalhos, através do Vale do Fojo, enriquece o percurso de elementos histórico-patrimoniais (Castro das Eiras Velhas, proximidade da Via Romana XVII, Batalha de Carvalho d’Este) e ambientais (Corga do Fojo, bolsas de vegetação nativa, caminhos serranos e paisagens de realce para o Vale do Cávado e para o Vale do Este).

3.2. Objetivos

- Selecionar e enquadrar unificadamente diversos carreiros dispersos de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, contextualizando o património natural e patrimonial envolvente, considerando, coerentemente, as suas características relativamente homogéneas entre si mas diferenciadoras no contexto concelhio;
- Reforçar a ligação entre o território abrangido e a futura Ecovia do Cávado (que será linear e marginal ao rio), maximizando as externalidades positivas da mesma nas zonas que lhe são próximas, através da criação dum equipamento de pedestrianismo de características complementares às da Ecovia, isto é, que seja uma pequena rota, circular e tematicamente mais abrangente/variado; dessa forma, e considerando que os equipamentos se conectarão (previsivelmente na Praia Fluvial de Navarra), potencializar-se-ão as sinergias entre ambos, funcionando em rede, maximizando a utilidade e o potencial mútuo. A mesma função cumprirá relativamente ao Caminho

de São Bento e uma eventual futura valorização e sinalização da Via Romana XVIII (ou Geira ou Jeira ou Via Nova);

- Combater a dispersão do património natural e histórico-cultural de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, contribuindo para o seu enquadramento de forma a harmonizá-lo, protegê-lo e destacá-lo num contexto em que se prevê que, futuramente, este território venha a ser dotado de mais vias de comunicação;
- Reforçar a ligação em rede dos percursos pedestres de Braga, prolongando a interconexão entre percursos para a zona norte do concelho, através da ligação com diversos percursos: PR3 BRG – Trilho da Nascente do Rio Este, GR117 Via Romana XVII, Ecocircuito da Encosta do Sol, PR5 BRG – Trilho da Encosta do Sol e,

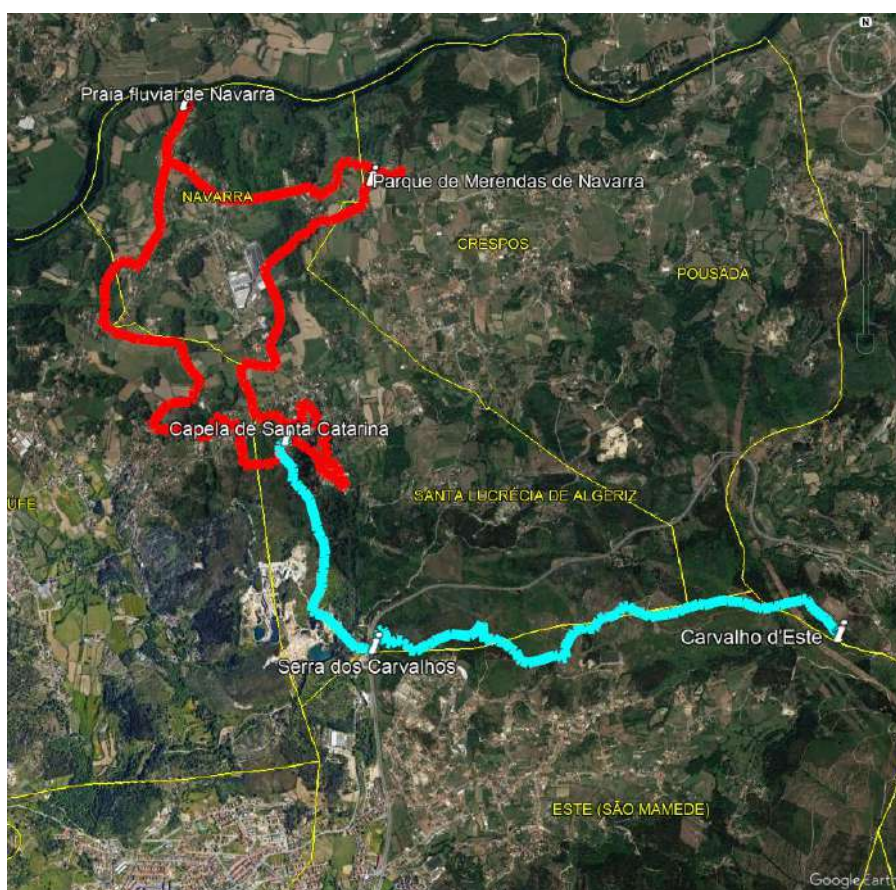


Figura 1: Percurso desenhado sobre imagem de satélite com os limites das freguesias. Estão também assinalados os Pontos de Início.

A Vermelho: Trilho do Vale do Cávado: Algeriz-ao-Rio. **A Azul:** Extensão (Trilho da Serra dos Carvalhos: Algeriz-à-Serra)

futuramente, com o Trilho de Adaúfe e com o Trilho dos Solares (Crespos e Pousada). Do mesmo modo, surgirão sinergias resultantes do encontro com uma das variantes do Caminho de São Bento da Porta Aberta (a que, desde o centro de Braga, segue por Gualtar e Santa Lucrécia de Algeriz).

3.3. Caraterização do Traçado do Percurso

O percurso proposto tem uma distância de 16,3 km (11,0 km Algeriz-ao-Rio + 5,5 km Algeriz-à-Serra), um nível de dificuldade III – Algo difícil e será percorrido em cerca de 5h30m. Prevê-se que tenha os seguintes pontos de início: na Igreja de Navarra, na Praia Fluvial de Navarra, na Capela de Santa Catarina, na Serra dos Carvalhos e no lugar de Carvalho d’Este [em Este (São Mamede)]. Encontram localizados na figura seguinte.

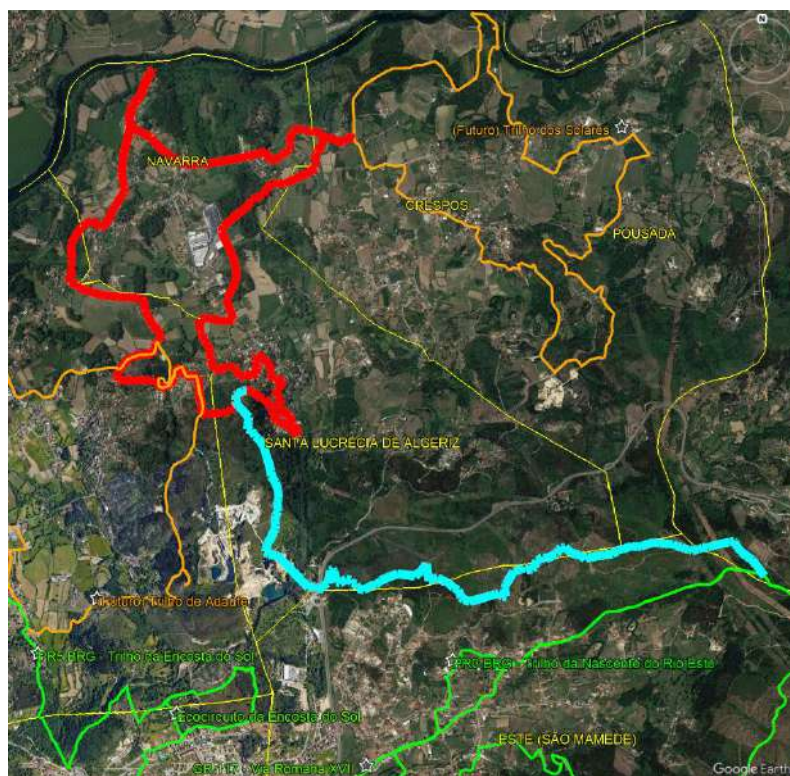


Figura 2: Percurso desenhado sobre imagem de satélite com os limites das freguesias.

A Vermelho: Trilho do Vale do Cávado: Algeriz-ao-Rio. **A Azul:** Extensão (Trilho da Serra dos Carvalhos: Algeriz-à-Serra)

A Verde: Outros percursos já existentes. **A Cor de laranja:** Percursos a implantar no futuro.

Potenciando a noção de rede dos Percursos Pedestres de Braga, este percurso conecta-se com diversos outros percursos, quer já existentes, quer outros que estão projetados, conforme a imagem abaixo.

3.4. Pontos de Interesse

- Praia Fluvial de Navarra, Azenhas de Navarra e Rio Cávado
- Solar Brasileiro de Manuel Fernandes
- Caminho Rústico da Poça
- Envolvente agrícola da Quinta de Penela e Vinho Verde
- Quinta da Casa de Penela
- Colina de Ferreiros
- Encosta do Salgueiral
- Miradouro de Santa Catarina
- Capela de Santa Catarina
- Igreja Paroquial de Santa Lucrécia de Algeriz
- Capela de Nossa Senhora de Fátima
- Caminho de São Bento da Porta Aberta
- Carreiro do Souto
- Lugar de Nogueira e panorâmica campestre
- Capela de Santa Cristina / da Ermida
- Parque de Merendas de Navarra
- Rio Algeriz
- Moinho da Barqueira
- Igreja de Navarra
- *Mansio* Romana da Bouça Alta
- Monte do Galho

- Vale do Fojo, Corga do Fojo e Fojo dos Lobos
- Flora Nativa
- Batalha de Carvalho d’Este
- Povoado do Monte de Vasconcelos
- Serra dos Carvalhos
- Castro das Eiras Velhas, Miradouro das Eiras Velhas e Marco geodésico

Figura 3: Percurso desenhado sobre imagem de satélite com os limites das freguesias. Estão também assinalados os Pontos de Interesse.

3.5. Análise Técnica

Ficha Técnica

Percurso	Trilho do Vale do Cávado: Carvalhos: Algeriz-ao-Rio	Trilho da Serra dos Algeriz-à-Serra
Tipo de Percurso	Pequena Rota - PR	Pequena Rota - PR
Forma do Percurso	Circular	Linear
Distância	11,0 km	5,5 km
Duração	3h45m	1h45m
Desnível Acumulado (Positivo)	371m	360m (sentido oeste-leste)
Altitude Máxima	190m	473m
Altitude Mínima	29m	178m
Grau de Dificuldade	II – Fácil	III – Algo difícil
Época Aconselhada	Todo o ano	Todo o ano

Altimetria

Trilho do Vale do Cávado: Algeriz-ao-Rio



Trilho da Serra dos Carvalhos: Algeriz-à-Serra



3.6. Sinalética a utilizar

Tendo em conta critérios como a durabilidade, necessidade de manutenção e custo, a sinalização complementar deverá ser construída com base em plástico reciclado, madeira tratada e compacto fenólico.

O plástico compósito 100% reciclado oferece uma grande resistência à corrosão e ao vandalismo. É ainda, pelas suas características, inatacável por pragas ou fungos, o que lhe confere uma excelente durabilidade.

A madeira tratada, para além de ter boa durabilidade, apresenta uma rigidez necessária para a utilização de perfis mais altos e resistentes.

Os compactos fenólicos, ou também conhecidos por HPL (*high pressure laminates*) resultam em painéis compactos, planos e homogêneos, com vantagem excecional em termos de durabilidade. A sua composição reforçada com fibras de madeira e a utilização de resinas pigmentadas, permitem obter superfícies muito consonantes com as naturais.

A sinalética estará de acordo com as orientações da FCMP. Com as indicações de “caminho certo”, “viragem à direita”, “viragem à esquerda” e “caminho errado”, as balizas vão

demarcando, de forma regular, todo o percurso, orientando os utilizadores e mantendo-os atentos e em segurança. Os postes com placas direcionais vão complementar a marcação, dando indicações de pontos de interesse ou desvios programados.

Nos mais relevantes pontos de interesse, serão colocadas placas identificativas e/ou descritivas dos mesmos.

No início/fim do percurso será colocado um painel informativo, dando todas as instruções necessárias à realização do mesmo, assim como informações acerca da dificuldade, extensão, pontos de interesse e enquadramento.

Toda a sinalética vertical deverá ser personalizada com logotipo da Rede de Percursos de Braga e com o título do Percurso.

4. Preço Proposto e Condições de Execução

4.1. Preço Proposto

Relativamente ao projeto de implementação do Percurso Pedestre “Trilho do Vale do Cávado – Algeriz-ao-Rio”, incluindo a extensão que se revela como “Trilho da Serra dos Carvalhos – Algeriz-à-Serra”, nos pressupostos previamente descritos, a Bonus iTINERIS apresenta abaixo o orçamento para a sua realização, que totaliza um valor de 21.518,00 € (vinte e um mil, quinhentos e dezoito euros), a que haverá que acrescentar o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. A execução estará sujeita a contrato.

4.2. Condições de pagamento

O valor associado à execução deste projeto deverá ser liquidado da seguinte forma:

- 50% na adjudicação;
- 50% no final.

4.3. Tempo de Execução

O tempo de execução do presente projeto será de 150 dias a contar a partir da adjudicação, salvo por motivos alheios à mesma.

4.4. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por 60 dias.

5. Orçamento para a Freguesia

Descrição	Un.	€/Un.	€/total
Percursos Pedestres em Sta. Lucrecia de Algeriz e Navarra			
Trilho do Vale do Cávado Trilho do Fojo dos Lobos			
Projeto de Percorso Pedestres/Dossiê de Homologação			
De acordo c/Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da F.C.M.P. .Contextualização territorial macro e micro .Contextualização temática relativamente a Percursos Pedestres .Contextualização de potencial natural, histórico-cultural, desportivo .Justificação da pertinência do percurso .Definição e descrição exaustiva do percurso e respetivo trajeto .Pontos de Interesse .Detalhes técnicos .Enquadramento com a cartografia oficial de referência .Enumeração e descrição da sinalética a utilizar Inclui conceção de design de: Painéis e Folhetos de divulgação a partir de conteúdos fornecidos Inclui acompanhamento do processo de homologação e da vistoria Elaborado por Técnico de Percursos Pedestres certificado pela F.C.M.P.	2	1.000€	2.000€
Balizas de encaminhamento			
.em 100% Plástico Reciclado .Dimensões: 120x50x1400mm .com Marcas de Encaminhamento em compacto fenólico incrustado, de acordo com as normas da FCMP e placa incrustada com título e design da Rede de P.P. de Braga	110	45€	4.950€
Placas direcionais e respetivos postes			
.em compacto fenólico de exterior, com matrícula do percurso incrustada .Dimensões: 650x125x10mm .Inclui parafusos em aço inoxidável de grau A4 (proteção marítima) e ranhura para embutimento			
Placas direcionais com informação em 1 face	26	45€	1.170€
Placas direcionais com informação em 2 faces	12	57 €	684€
Postes para placas direcionais .em plástico 100% reciclado, Cor castanho .Dimensões: Ø 90x2300mm	8	20€	160€
Placas para Pontos de Interesse e Indicativas e respetivos postes de suporte			
.em compacto fenólico gravado a baixo relevo .Cor: Bege-marfim .Inclui parafusos em aço inoxidável de grau A4 (proteção marítima)			
Placas descritivas (com o Título e texto) .Dimensões: 210x280x8mm	23	50 €	1.150€
Placas identificativas (com o Título) .Dimensões: 130x280x8mm	5	40€	200€
Postes para placas informativas .em plástico 100% reciclado, Cor castanho .Dispondo as placas num ângulo de 45º .Dimensões: 90x90x2500mm	27	22€	594€
Placas indicativas da Localização dos inícios dos Percursos .em compacto fenólico de exterior, gravado por CNC em baixo relevo e pintado .Dimensões: 650x125x6mm	10	35€	350€
Postes para placas indicativas da localização dos inícios .em plástico 100% reciclado, Cor castanho .Dimensões: 120x50x1400mm	10	18€	180€

Descrição	Un.	€/Un.	€/total
Painel informativo grande Painel informativo composto por uma estrutura em plástico 100 % reciclado, com painel interior em compósito de alumínio com 3mm de espessura, com impressão de texto e imagens a várias cores sobre vinil cast. Dimensões: Área de impressão = 1180x880mm; Secção da estrutura = 150x80mm; Altura total = 2500 mm; Altura livre = 2100 mm.	4	500€	2.000€
Painéis Informativos Pequenos .Em plástico 100% reciclado .Altura: 2500mm (altura livre 2000mm) .Perfis: verticais-160x80mm; horizontal superior-160x80mm; horizontal inferior-60x120mm .Área de impressão: 1180x880mm .Informação em vinil c/plastificação Cast , sobre placa de alumínio compósito de 3mm .Ferragens em aço inoxidável preto	2	450€	900€
Mesa interpretativa (paisagem ou outra informação) .Em plástico 100% reciclado .Altura: 1500mm (alt. livre 1000mm); Inclinação de 20º em relação ao solo .Área visível: 580 x 1100mm; Área de impressão: 1040x660mm .Perfis: verticais - 160x80mm; .Ferragens em aço inoxidável preto .Informação impressa compacto fenólico personalizado (tipo estratificado) de 10mm de espessura	2	690€	1.380€
Folhetos de divulgação do Percurso Pedestre Impressão e fornecimento de 2.500 + 2.500 folhetos offset em quadricromia, A4 papel couché 130 gr, fechado com 2 dobras (requisito de Homologação)			800€
Pintura de Marcas de Encaminhamento Pintura a tinta de marcas em suportes naturais	17,2km	50€	860€
Instalação no terreno À instalação de toda a sinalética e pintura de marcas no terreno é acompanhada por Técnico de Percursos Pedestres certificado. Contempla abertura de buracos e sustentação da sinalética com enrocamento e, exceto em Zonas de Proteção Arqueológica ou Ambiental e em zonas de acesso longínquo a veículo, também com chumbadouro.			3.740€
Homologação - acompanhamento das vistorias Acompanhamento, por Técnico de Percursos Pedestres certificado pela F.C.M.P., das visitas de vistoria da F.C.M.P.			300 €
TOTAL			21.518 €